

# Muita pompa vai abrir Constituinte

Sessão será transmitida pela TV e Congresso terá telões para o povo

LUIZ MARQUES



No dia 1º de fevereiro, Moreira Alves completa o ciclo de presidir os três poderes

## Poder econômico elegeu metade da Câmara

MARIA ISABEL FREITAS  
Da Editoria de Política

Sem risco de erro, a Assembleia Nacional Constituinte será instalada no dia 1º de fevereiro com aproximadamente cerca da metade dos seus 487 deputados eleitos comprometidos com os diversos lobbies já instalados no País para pressionar, basicamente, no que se refere ao capítulo da Ordem Econômica e Social da futura Constituição.

Desse total, mais de 100 deputados já concorreram à Câmara com seu mandato bancado por empresários, multinacionais e entidades de classes poderosas. Apenas cumprirão as determinações de seus chefes. O poder econômico chega à Constituinte, com um núcleo de força capaz de determinar o perfil da nova lei máxima do País de acordo com os interesses do capitalismo.

Segundo deputados da esquerda do PMDB, o quadro não poderia ser diferente uma vez que o Brasil é a oitava economia do mundo e um país onde os olhos dos investimentos internacionais estão voltados com certa overdose. O que causa preocupação entre os deputados que conseguiram se eleger apenas na base do grito e no ardor da campanha é o fato de que, à beira de uma nova Constituição, o Brasil se apresenta economicamente muito conservador. O máximo que pode acontecer, na versão deles, é uma nova Carta de conteúdo econômico com um caráter de reformismo

controlado.

O lobby funcionará, na Assembleia Nacional Constituinte, em outras palavras, pela manutenção do Conselho Monetário Nacional como órgão de última instância na esfera de decisão do governo. Como o CMN é um colegiado, sempre fica mais fácil ceder às áreas de influências mais poderosas, nas mãos dos empresários e das multinacionais.

Sob a alegação de que a nova Constituição deverá ter um texto "enxuto" e dar condições para a institucionalização plena da democracia, alguns deputados alegam que pelo menos no capítulo referente à Ordem Econômica e Social — o que permite a institucionalização dos diversos cambalachos impunemente vividos no País — a nova Carta deveria descer a detalhes básicos que não dessem margens a interpretações dúbias ou remendos por leis complementares influenciadas pelo poder econômico.

Nesse item, a reserva de mercado da informática e o processo da química fina, por exemplo, deveriam ser tratados como temas quase de interesse da segurança nacional, um exagero que no entender dos esquerdistas do PMDB deve ser entendido apenas como vício de linguagem.

### QUEM SÃO

Alguns desses parlamentares já estão identificados pela opinião pública. Com o empurrão de alguns milhões de cruzados, eles conseguiram se eleger como

constituintes e seus nomes percorrem o Congresso Nacional de boca em boca com certa dose de desprezo. Muitos desses novos deputados, no entanto, são respeitados entre seus novos colegas. Ou porque são "articulados" ou porque convencem facilmente através de bons discursos. Um deles é o deputado eleito Guilherme Afif Domingues (PL-SP), cuja campanha custou uma fortuna. No entanto, Afif é considerado "bom de conversa" e extremamente hábil no convencimento.

Os detentores de campanhas milionárias, que subentendem compromissos de vida ou de morte, não chegariam à Assembleia Constituinte se não tivessem sido cometidos tantos erros de origem. Além de ter sido convocada junto com as eleições para governadores, o que polarizou as campanhas, houve permissividade da legislação eleitoral que, após ser aprovada no Congresso, sofreu desvios pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Constituinte chega, assim, bifacetada para sua instalação: de um lado pelo abuso do poder econômico e, de outro, pelo uso excessivo das máquinas administrativas em favor de determinados candidatos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, são dois os casos que mais saltam aos olhos no que se refere ao comprometimento econômico. Os novos deputados Ronaldo Cesar Coelho, ex-presidente da Andima - Associação Nacional dos Diri-

gentes de Empresas do Mercado Aberto, e dono do Banco Multiplic, gastou cerca de 10 milhões de dólares.

No Paraná, são apontados como eleitos através do poder econômico os deputados Maurício Nasser, dono do Consórcio Nasser, que gastou 6 milhões de dólares, e Bázilio Vilani, coincidentemente diretor do Bamerindus. O PMDB chega à Constituinte montado em um forte esquema de mandatos escalados pela influência do capital. Em Minas Gerais, para ficar só em um exemplo, chega à Câmara o deputado José Geraldo Ribeiro, eleito através de um conjunto das maiores empreiteiras do estado, com o apoio do governador Hélio Garcia.

Da Bahia para cima, ou seja, no Nordeste de modo geral, como se não bastasse o poder dos coronéis e dos generais aposentados, o poder econômico deitou e rolou. Um dos exemplos dados por parlamentares que se dizem livres desse tipo de pecado é o deputado Gilson Machado (PFL-PE) um "truculento" presidente do Sindicato dos Usineiros do estado. O PMDB da Bahia traz, para esta legislação, nomes de parlamentares intimamente ligados a construtoras e donos de jornais.

As questões mais polêmicas que serão levantadas na Assembleia Nacional Constituinte, portanto, serão aquelas mais intimamente relacionadas aos setores econômico e social, pontos mais vulneráveis para a manutenção da economia nas mãos do capital estrangeiro e da classe empresarial. Porque as outras questões, como a harmonização dos poderes do Estado, as prerrogativas do Congresso Nacional e a dinamização do poder Judiciário são facilmente resolvidas através do consenso. Um ou outro ponto de vista mais inflamado poderá acalorar as discussões, mas nada impede que esses pontos sejam resolvidos de maneira civilizada e em busca da democratização plena do País, dizem os deputados esquerdistas. Entre esses pontos estão o papel das forças armadas, o direito de greve e a reforma agrária.

ADRIANO LAFETA  
Da Editoria de Política

Muita pompa. Esta é a receita para a solenidade de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, dia 1º de fevereiro, às 16 horas. Haverá transmissão ao vivo pela televisão, telões nos salões do Congresso para quem não tiver acesso ao plenário da Câmara e talvez até fora do prédio, para que o povo possa assistir a tudo dos gramados da Esplanada dos Ministérios.

Na mesa, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e do Senado Federal, que deverá ser eleito no mesmo dia, pela manhã, além do presidente da sessão solene, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. No plenário, o presidente José Sarney, todos os ministros de Estado, governadores, presidentes de Tribunais, o procurador-geral da República, o corpo diplomático, muitos outros convidados especiais, a imprensa e, claro, os donos da festa: os constituintes.

Às 16 horas, o ministro Moreira Alves lerá a declaração de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, seguindo-se a execução do Hino Nacional brasileiro. A sessão será encerrada com um discurso do presidente do Supremo, que naquele momento estará se tornando no único brasileiro a chefiar os três Poderes da República, uma vez que só falta o Legislativo para que ele cumpra a façanha.

Moreira Alves ainda não tem idéia do que dirá ao País. Só nesse fim de semana, quando o Supremo entrou em recesso, cosmeçou a pensar no discurso. Até então, havia decidido apenas uma coisa a respeito: vai falar entre 20 e 25 minutos. Mas ele não terá dificuldades para chegar ao texto final. Bom de oratória, costuma empolgar a assistência nas sessões plenárias do Supremo, usando uma linguagem clara mesmo quando o tema exige uma precisão técnica.

Ao revelar como será a solenidade de instalação da Constituinte, ele também mostra a sua cautela, frisando que o programa "está sendo" elaborado pelas diretorias da Câmara e do Senado, com a sua participação, mas tudo não passa ainda de um esboço. Diz, por exemplo, que como naquela data estará sendo comemorado o centenário do compositor Villa-Lobos, o Ministério da Cultura poderá programar, para logo depois da sessão solene, um grande concerto na frente do Congresso, que será assistido pelo público em geral e pelas autoridades e constituintes.

### PROPOSTAS E IDEIAS

Se não dá para imaginar o que Moreira Alves vai dizer à Nação, pode-se, em compensação, saber o que ele espera da Assembleia Nacional Constituinte. E ele espera o máximo: "Que se faça a melhor Constituição possível". E aproveita para dar sua contribuição, oferecendo um ingrediente

para a receita certa: "Os constituintes têm, inicialmente, que decidir se devemos ter uma Constituição sintética, de princípios gerais, ou analítica, à semelhança do anteprojeto Afonso Arinos, bastante extensa".

Pela descrição, dá para perceber qual fórmula mais lhe atrai: "O maior ou menor desenvolvimento da disciplina de aspectos sócio-econômicos vai depender dessa deliberação, de caráter nitidamente político", esclarece, adiantando que "as Constituições sintéticas são as que mais têm possibilidade de perdurarem sem muitas modificações". Já as analíticas, necessitam de adaptações frequentes, até porque os problemas e a conveniência das soluções vão se modificando no correr do tempo.

### RADIOGRAFIA

As contribuições do ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal à Constituinte não se esgotam, contudo, nessas considerações. Por determinação sua, uma comissão formada pelos ministros Djalma Falcão, Oscar Corrêa e Sydney Sanches elaborou um documento propondo mudanças profundas no Poder Judiciário, que, após aprovado por todo o Tribunal, foi encaminhado oficialmente à Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo professor Afonso Arinos.

Pelas propostas, o Tribunal Federal de Recursos deixaria de existir, dando lugar a um Superior Tribunal Federal. Em consequência, seriam criados tribunais regionais federais, num sistema de descentralização que funcionaria à semelhança da Justiça Trabalhista. O Superior Tribunal Militar (STM) teria reduzido seu quadro de ministros e suas funções, restringindo sua competência ao julgamento de crimes militares, passando os crimes de segurança nacional à Justiça Comum.

Os ministros do STF propõem, ainda, a multiplicação dos tribunais de alçada e a limitação do número de desembargadores nos Tribunais de Justiça dos estados em 36. Hoje, há casos como o de São Paulo, com 126, e do Rio de Janeiro, com 70, só para citar dois exemplos. Mas as preocupações do Supremo não param aí. O documento sugere que os julgados de pequenas causas ganhem espaço no texto constitucional e faz reflexões sobre o próprio Supremo.

Com relação a ele mesmo, o STF propõe a adoção da arguição de relevância ampla para os recursos extraordinários. A idéia de restringir sua atuação às matérias constitucionais, ventilada em outras áreas, não é sugerida. Mesmo porque, explica Moreira Alves, ao invés de desafogar o Tribunal, como argumentam os autores da sugestão, ela teria resultado oposto: "Todo mundo lá invocar questão constitucional para ter acesso ao Supremo e elas seriam multiplicadas".